

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Edital 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	TATIANA FERNANDES GUARDIA	13/03/2026 14:21 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00110418/2025-99

1. PREÂMBULO

PREGÃO
ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180361)

OBJETO

Contratação de serviços de incineração de entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidos em razão da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP e unidades subordinadas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 257.848,16

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

2. DO OBJETO

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

8ª Delegacia Seccional de Polícia do DECAP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº SEI 058.00110418/2025-99)

1. Torna-se público que o(a) Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio do (a) 8ª Delegacia Seccional de Polícia, sediado(a) na Av. Arquiteto Vilanova Artigas, nº 720, Bairro Conjunto Teotônio Vilela, São Paulo/SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação consiste na contratação de serviços incineração de entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidos em razão da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP e unidades subordinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A licitação será realizada em único item.

3. DE REGISTRO DE PREÇOS

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A disciplina deste item 3 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3. A não observância do disposto no subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

4.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

4.5.1. Para o único item objeto desta licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. No que concerne aos subitens 4.6.2 e 4.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4.11. Poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021,

excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 5.5.1 e 5.5.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 4.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 5.4.1 ou no item 5.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 a 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total estimado do item, totalizando o valor integral do item para a contratação pelo período de 30 (trinta) meses.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos), equivalente a 1%, e incidirá sobre o valor unitário do item.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão anteriores, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação à hipótese do item não ser exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 4.5.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 4.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicafe;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5 e 5.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 8.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.1.2. Nesta Licitação, não haverá exigência de que o licitantes ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto.

9.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz .

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 4.5.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação e da homologação e da contratação encontra-se no item 15 deste Edital.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. A disciplina deste item 11 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

12. DOS RECURSOS

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* www.compras.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

13.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

13.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 13.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11 e 13.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 13.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

13.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

13.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

13.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio no sistema, no sítio eletrônico www.compras.sp.gov.br, bem como através do e-mail uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

14.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

14.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

15.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 15.2.

15.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

15.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

15.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

15.2.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 8.1 deste Edital.

15.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

15.2.5.1.a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

15.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

15.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

15.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

15.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.11. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

15.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.14. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.14.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.15. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

15.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos sítios eletrônicos: <https://pncp.gov.br/app/editais> e www.compras.gov.br.

15.17. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.18.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.18.1. 1 Anexo I.1 - Estudo Técnico Preliminar;

15.18.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

15.18.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

15.18.4 ANEXO IV - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

15.18.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

15.18.6. ANEXO VI - Modelos referentes à vistoria prévia;

15.18.7. ANEXO VII - Planilha Orçamentária;

15.18.8 ANEXO VIII - Avaliação de Execução de Serviços.

São Paulo , de de 2026.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

TATIANA FERNANDES GUARDIA

Investigadora de Polícia



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 14:11:06.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 14:21:05.

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL	10/03/2026 18:05 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00110418/2025-99

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 058.00110418/2025-99)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços de incineração de substâncias entorpecente, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da pratica de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP e suas unidades subordinadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (30 MESES)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (30 MESES)
1	Substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes, embalagens e outros apetrechos correlatos	19232 (Código BEC 11993-8)	Quilograma	9.854,07	R\$ 26,17	R\$ 257.848,16

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do contratante, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que o serviço visa atender demanda ordinária da Administração, consistente na destruição de substâncias apreendidas por ato de polícia judiciária praticados pelas unidades subordinadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Local de prestação dos serviços

4.1. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Contratada, situada a menos de 100 quilômetros da sede desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, localizada na Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP.

4.1.1. A limitação da distância entre a sede desta seccional e o local da prestação dos serviços visa assegurar economicidade e eficiência, evitando custos elevados de transporte e escolta para transporte das substâncias a serem incineradas. Além disso, reduz riscos operacionais e de segurança pública, garantindo maior proteção e menor exposição a incidentes durante o deslocamento.

Recursos Humanos

4.2. A Contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do serviço executado, para execução do contrato e das atividades operacionais de vistoria, retirada e transbordo dos objetos a serem incinerados. Caberá à Contratada definir a quantidade mínima de funcionários e materiais necessários para cumprir com todas as obrigações contratuais.

4.2.1.A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC), de acordo com a legislação vigente, aos seus funcionários.

4.2.2. A Contratada deverá assegurar que cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação esteja ciente das responsabilidades referentes às questões legais envolvendo o manuseio de drogas ilícitas, mantendo o sigilo e confidencialidade das informações referentes às unidades policiais que venham por ventura saber no exercício do serviço, ou por causa dele.

Recursos Materiais

4.3. A Contratada obriga-se a disponibilizar, em quantidade suficiente, fornos especiais, equipados com sistemas de filtração e tratamento para gases, e as cinzas resultantes devem ser descartadas em aterros sanitários.

4.3.1.O incinerador deve ser licenciado e aprovado, para a queima de resíduos líquidos e resíduos sólidos gerados pela fábrica.

4.3.2. O sistema de incineração deve garantir o destino adequado aos resíduos.

4.3.3.O combustível utilizado no sistema de incineração deve proporcionar significativa redução das emissões atmosféricas com melhorais ao Meio ambiente.

4.3.4. A incineração deve garantir a completa destruição dos mesmos com a máxima confiabilidade.

4.3.5.A preparação dos materiais a serem destruídos deve ser efetuado com monitoramento de entradas e saídas do incinerador (resíduos sólidos, efluentes líquidos e gasosos), de modo a se verificar o que está entrando no sistema e o que está saindo.

Sustentabilidade:

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.4.1. A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação, em consonância com a Polícia Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981, Polícia Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, bem como as diretrizes da Resolução CONAMA nº 316/2002, Resolução CONAMA nº 257/1999, e demais normas complementares, bem como instrumentalizar esta proteção, em ações práticas, especialmente::

I- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes, com a devida mitigação de impactos ambientais.

II- Economia e uso racional de recursos naturais, como energia elétrica e água, durante todas as etapas do processo de incineração.

III - Obrigação de adotar procedimento operacionais padronizados e manuais interno de gestão ambiental, garantindo o correto descarte de resíduos sólidos resultantes do processo, inclusive resíduos de embalagens contaminadas.

IV - Cumprimento integral das normas de controle de emissões atmosféricas e de monitoramento de gases, exigidas por órgãos ambientais competentes (municipais, estaduais e federais), com apresentação, quando solicitado, de laudos técnicos comprobatórios da eficácia dos filtros e demais sistemas de retenção de poluentes.

V - Atendimento aos requisitos estabelecidos na Instrução Normativa MARE nº 6/1995, Decreto nº 5.940/2006m além de quaisquer outras normas estaduais ou federais correlatas.

A Contratada deverá possuir licenças ambientais atualizadas, emitidas por órgãos estaduais e municipais competentes, contemplando todas as fases da operação (transporte interno e incineração de resíduos perigosos), com expressa autorização para incineração de substâncias entorpecentes, em atendimento à Resolução CONAMA nº 316/2002.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 15 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. A assinatura do contrato está condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, do atendimento das exigências fixadas neste Termo de Referência, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

5.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

5.2.1. O serviço, consistente na incineração das substâncias entorpecentes, na forma líquida ou sólida, incluindo invólucros, recipientes, embalagens e apetrechos correlatos, será executado no endereço da Contratada.

5.2.2. O transporte, assim como a segurança, do objeto até o local de incineração será de responsabilidade da própria Contratante.

5.2.3. A Contratada deverá fornecer os dados de seu quadro de funcionários. Todos os funcionários devem constar nesta lista, inclusive os terceirizados. Eventuais trocas de funcionários deverão ser informadas e justificadas à Contratante.

5.2.4. A incineração deverá ser feita de forma ininterrupta, ou seja, a prestação do serviço será feita de uma só vez, assim que iniciada, de forma contínua até a incineração de todo o objeto.

5.2.5. A data da incineração será previamente agendada pelo Contratante, observada a disponibilidade do Ministério Público, órgão que acompanhará o procedimento de incineração. O intervalo mínimo do agendamento até a execução do serviço será de 5 (cinco) dias úteis.

5.2.6. A Contratada deverá priorizar a incineração dos entorpecentes de modo que a execução do serviço ocorra imediatamente após a chegada da Polícia Civil no local. Para isto, deverá ser respeitado o agendamento descrito.

5.2.7. Cabe ao Contratante a adoção de todas as providências necessárias para que seja executada perante representante do Ministério Público e demais órgãos fiscalizadores, em observâncias das demais exigências estabelecidas na Lei Federal nº 11.343 de 2006.

5.2.8. A Contratante, através do Delegado de Polícia designado, fará a vistoria antes e depois de efetivada a destruição das drogas, sendo lavrado auto circunstanciado pelo mesmo, certificando-se neste a total destruição destas.

5.2.8. Os rejeitos resultantes dos serviços executados pela Contratada deverão ser removidos às suas expensas, dando-lhes a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pela legislação ambiental em vigor.

5.2.9. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), de acordo com a legislação vigente, aos prestadores de serviço, aos representantes do Contratante e aos profissionais que o acompanham.

5.2.10. A Contratada deverá disponibilizar equipamentos de proteção que deverão estar em perfeito estado de conservação, de modo a garantir totalmente a segurança do usuário e das pessoas ao redor.

5.2.11. A Contratada deverá providenciar equipamentos adequados para pesagem dos materiais, disponibilizando comprovantes de aferição.

Vigência contratual

5.3. Tratando-se de necessidade contínua, consistente na incineração das substâncias entorpecentes apreendidas, incluindo invólucros, embalagens e apetrechos correlatos, atualmente acautelados nas unidades subordinadas, bem como as futuras apreensões dessas substâncias, os serviços deverão ser realizados pela Contratada no período de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, em conformidade com o previsto na legislação vigente.

5.3.1. As unidades policiais subordinadas:

Unidade Policial	Endereço
41º Distrito Policial	Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo/SP
44º Distrito Policial	Rua Salvador Gíanetti, 386, Guaianazes, São Paulo/SP
49º Distrito Policial	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP
53º Distrito Policial	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
54º Distrito Policial	Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP
55º Distrito Policial	Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP
66º Distrito Policial	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
69º Distrito Policial	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
70º Distrito Policial	Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo/SP
8ª Delegacia de Defesa da Mulher	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP
Centro de Execução de Cartas Precatórias	Av. Osvaldo Pucci, 180, 2ª andar, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP
CERCO	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP

Local e horário da prestação do serviço

5.4. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Contratada, situada a menos de 100 quilômetros da sede desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, localizada na Av. Arquiteto Vilanova Artigas, nº 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP.

5.4.1. A data e o horário da incineração serão previamente agendados pelo Contratante, sendo certo que a incineração deverá ser feita de forma ininterrupta, ou seja, a prestação do serviço será feita de uma só vez, assim que iniciada, de forma contínua até a incineração de todo o objeto.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1. A Contratada deverá dispor de instalações físicas licenciadas, com estrutura tecnológica adequada para o tratamento térmico de resíduos perigosos, incluindo capacidade de suportar incineração de grandes volumes, com controle de temperatura, tempo de residência e sistema de tratamento de gases.

5.6.2. A Contratada deverá dispor equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC), em número suficientes para todos os funcionários e prestadores de serviços envolvidos na execução do objeto, de acordo com a legislação vigente.

5.6.3. A Contratada deverá dispor de equipamentos adequados para pesagem dos materiais, disponibilizando comprovantes de aferição.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. A quantidade de cada incineração será previamente informada pela Contratante, não devendo ultrapassar a quantia de 3.941,63 Kg no período de 12 meses.

5.7.2. Não será necessário o fornecimento de transporte pela Contratada, uma vez que o transporte será realizado pela própria Polícia Civil.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a seguinte dinâmica:

7.2.1. Quantidade de entorpecentes incinerada no mês.

7.2.2. Eventual indicação de retenção ou glosa na execução dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A descrição das infrações e respectivas sanções encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do edital e contrato correspondentes.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será **de empreitada por preço unitário**, já que o pagamento devido deve ser definido pela medição das unidades de serviço efetivamente realizadas.

9.2.1. O presente Termo de Referência e Estudos Técnicos Preliminares estimam com as especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

9.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária,** sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária** estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

9.22 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

9.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a mesma natureza do objeto desta licitação e que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% do objeto da licitação

9.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

9.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

9.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso,

9.25. Tratando-se de consórcio:

9.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

9.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

9.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.25.3. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 257.848,15 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/180361;

II) Fonte de Recursos:150010001 ;

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;

IV) Elemento de Despesa:**33903999**;

V) Plano Interno: 000.000.0100;

11.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

As regras deste Anexo não se aplicam a este Termo, tendo em vista que o edital já possui anexo específico para este objeto (ANEXO II do Edital - Minuta do Contrato).

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

As regras deste Anexo não se aplicam ao objeto, tendo em vista que o edital já possui anexo pertinente a matéria (DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 16:10:26.

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 18:05:19.

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Estudo Técnico Preliminar 10/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00110418/2025-99

2. Descrição da necessidade

Destruição de Drogas Apreendidas

A 8ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciária da Capital/DECAP abrange 09 delegacias de polícia e três especializadas, as quais realizam diuturnamente atividades de Polícia Judiciária, nos termos do Art. 144, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

Os atos de polícia judiciária, frequentemente, englobam a apreensão de substâncias entorpecentes ou objeto de infrações penais, consistindo em obrigação do Estado o regular depósito e guarda dessas substâncias e apetrechos, até que definida outra destinação.

Considerando que essas substâncias ficam guardadas sob a responsabilidade das Unidades Subordinadas à 8ª Delegacia Seccional de Polícia, vez que a Polícia Civil não dispõe de logística apropriada para eliminar, por meios próprios, tal material tóxico, torna-se imperiosa a contratação de serviços pertinentes, visando a destruição das drogas apreendidas, em conformidade com a legislação vigente e mediante autorização judicial.

Importante anotar que a destruição almejada releva-se procedimento importante para afastar o risco do entorpecente sofrer algum desvio ou ainda aguçar a criatividade de traficantes para tentar um resgate e o consequente retorno do material ao mercado.

Além da essencialidade de promover a destruição das substâncias proscritas já existentes nas Unidades Policiais, a contratação do serviço também se justifica para dar atendimento ao disciplinado nos artigos 50 e 50-A da Lei 11.343/2006, que trata do rito e do prazo de destruição de drogas.

Estabelecida a necessidade em questão, vale ressaltar que a destruição de resíduos pela via de tratamento térmico pode contar com incineradores industriais, o que vai ao encontro do que é exigido pela Lei de Drogas. Ademais, a redução de passivos ambientais constituídos por resíduos perigosos encontra na incineração em alta temperatura, uma das melhores e mais seguras técnicas disponíveis.

Com efeito, a incineração é um método de tratamento de resíduos que consiste na queima das sobras, usando fornos ou usinas próprias. É um processo que se dá com altas temperaturas, associadas a oxigênio em excesso. Essa junção promove a formação de cinzas inertes, reduzindo em muito o volume de resíduos.

No mais, a principal vantagem do processo de incineração são a destruição total de substâncias que podem provocar doenças, a redução de 90% do resíduo inicial, o controle das emissões atmosféricas e a não contaminação de solos e mananciais.

Consigna-se, por fim, que a Polícia Civil do Estado de São Paulo, não dispõe de equipamentos para executar o serviço em questão, bem como não há atualmente contrato em vigor com o mesmo objeto tratado neste expediente.

Nesses termos, o presente visa a contratação de serviços de incineração de substâncias entorpecentes, apreendidas em razão da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assistência Policial	Renata Lancellotti Zuccaro Leonel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Do objeto do Contrato

4.1.1. Classificação do objeto

O objeto da contratação trata da incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP e suas unidades subordinadas.

4.1.1.1. Da Classificação dos Entorpecentes objeto da contratação

As substâncias entorpecentes a serem incineradas, objeto da licitação pretendida pela 8ª Seccional de Polícia, serão classificadas conforme segue:

1. Sólidos: maconha, cocaína, sintéticos, etc;
2. Líquidos: lança-perfume, etc;
3. Outros-Apetrechos: embalagens, invólucros e recipientes. Deve ser considerada a utilização de qualquer tipo de material nos invólucros, recipientes ou embalagens como, por exemplo, papel, papelão, plástico (adesivo ou não), madeira, tecido, material metálico, vidro, bolsas, malas ou objetos de qualquer natureza.

A contratação pretendida possui padrões de desempenho e qualidade determinados por legislação específica, podendo ser objetivamente definida pelo ato convocatório, de modo que o serviço pretendido é comum e deve ser prestado de forma contínua, pois permite uma competição baseada unicamente nos preços propostos pelos licitantes, visto que não haverá apreciação de propostas técnicas e visa atender demanda ordinária da administração pública, consistente na remoção de veículos apreendidos para outro endereço.

Enquadra-se na definição de "serviços comuns" uma vez que é composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado.

4.1.2. Abrangência da Contratação

Os serviços propostos deverão ser prestados de forma contínua, de modo a abranger a incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, atualmente acautelados nas unidades subordinadas, bem como as futuras apreensões dessas substâncias apreendidas, durante a vigência contratual.

Unidades subordinadas:

Unidade Policial	Endereço
41º Distrito Policial	Av. Inconfidência Mineira, 688, Vila Rica, São Paulo /SP
44º Distrito Policial	Rua Salvador Gianetti, 386, Guaianazes, São Paulo /SP
49º Distrito Policial	Av. Ragueb Chohfi, 830, São Mateus, São Paulo/SP
53º Distrito Policial	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo, São Paulo/SP
54º Distrito Policial	Rua Francisco José Viana, 175, Cidade Tiradentes, São Paulo/SP
55º Distrito Policial	Rua Aldeia de Santo Inácio, 696, Parque São Rafael, São Paulo/SP
66º Distrito Policial	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
69º Distrito Policial	Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720, Teotônio Vilela - São Paulo/SP
70º Distrito Policial	Rua Otávio Alves Dundas, 390, Sapopemba, São Paulo/SP
8ª Delegacia de Defesa da Mulher	Av. Osvaldo Valle Cordeiro, 190, Cidade Líder, São Paulo/SP
Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso	Av. Osvaldo Pucci, 180, Jardim Nossa Sra. do Carmo /SP

Centro de Execução de Cartas Precatórias	Av. Osvaldo Pucci, 180, 2ª andar, Jardim Nossa Sra. do Carmo/SP
CERCO	Av. Arquiteto Vilanovas Artigas, 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP

4.1.3. Período da contratação

A execução dos serviços terá início a partir da data da assinatura do contrato.

O período da contratação será de 30 (trinta) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4. Local de prestação dos serviços

A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Contratada, situada a menos de 100 quilômetros da sede desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, localizada na Av. Arquiteto Vilanovas Artigas, 720, Teotônio Vilela, São Paulo/SP.

A limitação da área para a contratação do serviço de incineração de entorpecentes fundamenta-se na busca pela vantajosidade e economicidade para a Administração Pública. Isto porque, a realização desse serviço em local excessivamente distante da unidade policial responsável implicaria em custos adicionais expressivos, tanto com o deslocamento dos entorpecentes apreendidos, quanto com a logística necessária para o transporte seguro, incluindo escolta policial. Além dos custos financeiros, a escolha de um prestador de serviços situado em local próximo minimiza riscos operacionais e de segurança, uma vez que o transporte de substâncias ilícitas exige rigorosos protocolos de segurança, envolvendo recursos humanos e viaturas da Polícia Civil. O deslocamento a grandes distâncias aumentaria a exposição a possíveis intercorrências, como tentativas de resgate ou outros incidentes que comprometem a integridade da operação, ambientais e de segurança pública, torna-se mais eficiente e menos onerosa quando realizada em um perímetro razoável em relação à unidade demandante. Dessa forma, a limitação da área para a contratação revela-se medida necessária para assegurar eficiência na prestação do serviço, a economicidade da contratação e a segurança da operação.

A definição do limite máximo de até 100 (cem) quilômetros entre a sede desta Seccional e a unidade de incineração da contratada fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais, econômicos e ambientais, visando assegurar a adequada execução do objeto contratual, a viabilidade logística e a preservação do interesse público.

Do ponto de vista operacional, a atividade de incineração envolve o transporte de entorpecentes que demanda controle rigoroso de segurança. A fixação do raio de até 100 km permite que o transporte seja realizado em tempo razoável, reduzindo riscos de intercorrências.

Sob o aspecto logístico, o limite estabelecido viabiliza a realização do deslocamento em percurso de ida e volta no mesmo dia, sem comprometimento excessivo das equipes empenhadas no aludido transporte e guarda do material a ser incinerado. Distâncias superiores tenderiam a exigir escalas diferenciadas, em prejuízo da atividade-fim da instituição.

No que se refere ao critério econômico, a delimitação em 100 km busca equilibrar competitividade e razoabilidade de custos. A adoção de limites mais restritivos, como 30 ou 50 km, poderia reduzir significativamente o universo de potenciais licitantes, restringindo a competitividade do certame e contrariando o princípio da ampla participação. Por outro lado, a ampliação para 150 km ou mais acarretaria aumento relevante dos custos de transporte, consumo de combustível, desgaste de veículos, pedágios e horas trabalhadas, repercutindo diretamente nos custos indiretos da contratação e na atividade fim da instituição.

Sob a perspectiva ambiental, trajetos excessivamente longos implicam maior emissão de poluentes e maior consumo de combustíveis fósseis, contrariando diretrizes de sustentabilidade e racionalização de recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que o parâmetro fixado atende aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público, mostrando-se tecnicamente justificado em detrimento de alternativas mais restritivas ou mais ampliadas.

4.1.3. Especificações dos Serviços e Forma de Execução dos Serviços

A contratada deverá dispor de instalações físicas licenciadas, com estrutura tecnológica adequada para o tratamento térmico de resíduos perigosos, incluindo capacidade de suportar incineração de grandes volumes, com controle de temperatura, tempo de residência e sistema de tratamento de gases.

O transporte, assim como a segurança, do objeto até o local de incineração será de responsabilidade da própria Contratante.

A Contratada deverá fornecer os dados de seu quadro de funcionários. Todos os funcionários devem constar nesta lista, inclusive os terceirizados. Eventuais trocas de funcionários deverão ser informadas e justificadas à Contratante.

A incineração deverá ser feita de forma ininterrupta, ou seja, a prestação do serviço será feita de uma só vez, assim que iniciada, de forma contínua até a incineração de todo o objeto.

A data da incineração será previamente agendada pelo Contratante, observada a disponibilidade do Ministério Público, órgão que acompanhará o procedimento de incineração. O intervalo mínimo do agendamento até a execução do serviço será de 5 (cinco) dias úteis.

A Contratada deverá priorizar a incineração dos entorpecentes de modo que a execução do serviço ocorra imediatamente após a chegada da Polícia Civil no local. Para isto, deverá ser respeitado o agendamento descrito.

Cabe ao Contratante a adoção de todas as providências necessárias para que seja executada perante representante do Ministério Público e demais órgãos fiscalizadores, em observâncias das demais exigências estabelecidas na Lei Federal nº 11.343 de 2006.

A contratante, através do Delegado de Polícia designado, fará a vistoria antes e depois de efetivada a destruição das drogas, sendo lavrado auto circunstanciado pelo mesmo, certificando-se neste a total destruição destas.

Os rejeitos resultantes dos serviços executados pela Contratada deverão ser removidos às suas expensas, dando-lhes a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pela legislação ambiental em vigor.

A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), de acordo com a legislação vigente, aos prestadores de serviço, aos representantes do Contratante e aos profissionais que o acompanham.

A Contratada deverá disponibilizar equipamentos de proteção que deverão estar em perfeito estado de conservação, de modo a garantir totalmente a segurança do usuário e das pessoas ao redor.

A Contratada deverá providenciar equipamentos adequados para pesagem dos materiais, disponibilizando comprovantes de aferição.

4.2. Do Processo Licitatório

4.2.1. Critério de Julgamento

Por se tratarem de serviços comuns, a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas não são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, de modo que o critério de julgamento de menor preço é o que melhor se enquadra ao caso em questão.

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante certamente será o "MENOR PREÇO". Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a efetividade e economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) serviço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o MENOR PREÇO.

4.2.2. Modo de Disputa

A escolha da disputa ABERTA visa evitar riscos na contratação e contribui para uma licitação que alcance prontamente os resultados pretendidos.

Outrossim, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

O objeto em tela envolve a prestação dos serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra: a execução das atividades não demanda a disposição exclusiva da utilização de mão de obra da contratada, não havendo necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante, em suas dependências com obrigatoriedade de subordinação, sendo que o contratado pode compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para a execução de outros contratos.

Conforme decreto 67.985/2023 que regulamentou o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133/2021, a contratação dos serviços pretendidos não se enquadra na categoria de luxo, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

O enquadramento acima exposto, quanto aos serviços pretendidos, seguiu os conceitos emanados na Lei 14.133/2021. Por se tratarem de conceitos claros trazidos pela própria legislação, inexistiu necessidade de manifestação específica do Setor Técnico quanto a esta matéria.

4.2.3. Critérios para Escolha da Melhor Proposta

A elaboração da planilha de preços deve ser realizada de acordo com o modelo estabelecido pela Contratante.

A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.

A escolha da melhor proposta será decorrente do menor preço oferecido para prestação dos serviços, desde que atendidas todas as condições necessárias à consecução do objeto desta licitação e demais previsões contidas no Termo de Referência.

O valor contratado para os serviços contemplará todos os custos referentes aos equipamentos auxiliares e mão de obra para a operação dos serviços, inclusive seguro, tributos, encargos, taxas, locações, se houver, funcionários e demais custos inerentes ao atendimento do objeto contratado.

4.3. Regime de Execução e Critério de Adjudicação

A contratação terá como regime de execução empreitada por preço unitário.

Isto porque, a contratação de empresa especializada para incineração de substâncias entorpecentes, em estado sólido ou líquido, incluindo invólucros e recipientes, exige regime de execução compatível com a natureza variável do objeto. As quantidades de drogas apreendidas oscilam significativamente em razão da dinâmica das ações policiais e das determinações judiciais, o que impede a definição prévia de um quantitativo global estável.

Os serviços são objetivamente mensuráveis por unidades de peso ou volume, permitindo pagamento proporcional ao volume efetivamente destruído, com rastreabilidade, controle e aderência aos registros operacionais. Essa característica atende ao disposto no art. 6º, XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, que recomenda o uso do preço unitário quando houver medição precisa das unidades executadas.

Considerando a imprevisibilidade das demandas, a variabilidade dos volumes apreendidos e a necessidade de garantir economicidade e adequada gestão dos riscos contratuais, o regime de **empreitada por preço unitário** mostra-se o mais adequado e vantajoso à Administração.

Assim, a contratação ocorrerá pela totalidade do objeto, embora o custo final seja definido pela medição das unidades de serviço efetivamente realizadas.

Em relação ao Critério de Adjudicação, a oferta mais vantajosa para a Administração será aquela que apresentar o menor preço, conforme exposto acima.

4.4. Do Contrato

4.4.1. Do Instrumento Contratual

A contratação pretendida visa a execução dos serviços de incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, a ser realizado por empresa particular contratada através de licitação pública, na modalidade pregão, se mostrando essa a alternativa mais propícia e adequada vislumbrada pela Administração Pública para resolução da problemática de incineração das substâncias entorpecentes apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária.

4.4.2. Da Subcontratação

Para contratação pretendida, não será admitido subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

4.4.3. Recursos Humanos

A Contratada disponibilizará pessoal em número necessário à realidade do serviço executado, para execução do contrato e das atividades operacionais de vistoria, retirada e transbordo dos objetos acima descritos. Caberá à Contratada definir a quantidade mínima de funcionários e materiais necessários para cumprir com todas as obrigações contratuais.

A Contratada responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e dos prestadores durante a realização do serviço, fazendo com que sejam cumpridos os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando as medidas corretivas necessárias.

A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC), de acordo com a legislação vigente, aos seus funcionários.

A Contratada deverá assegurar que cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação esteja ciente das responsabilidades referentes às questões legais envolvendo o manuseio de drogas ilícitas, mantendo o sigilo e confidencialidade das informações referentes às unidades policiais que venham por ventura saber no exercício do serviço, ou por causa dele.

4.4.6. Recursos Materiais

A Contratada obriga-se a disponibilizar, em quantidade suficiente, fornos especiais, equipados com sistemas de filtração e tratamento para gases, e as cinzas resultantes devem ser descartadas em aterros sanitários,

O incinerador deve ser licenciado e aprovado, para a queima de resíduos líquidos e resíduos sólidos gerados pela fábrica.

O sistema de incineração deve garantir o destino adequado aos resíduos.

O combustível utilizado no sistema de incineração deve proporcionar significativa redução das emissões atmosféricas com melhorias ao Meio ambiente.

A incineração deve garantir a completa destruição dos mesmos com a máxima confiabilidade.

A preparação dos materiais a serem destruídos deve ser efetuado com monitoramento de entradas e saídas do incinerador (resíduos sólidos, efluentes líquidos e gasosos), de modo a se verificar o que está entrando no sistema e o que está saindo.

O acondicionamento do material devem estar em sacos plásticos utilizados pelo Instituto de Criminalística da Superintendência de Polícia Técnico Científica, fornecidos e acondicionados pelo CONTRATANTE.

4.6. Práticas de Sustentabilidade e Especificações Técnicas

Na execução do contrato, a empresa contratada deverá atender aos ditames relacionados à proteção ambiental, em consonância com a Polícia Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981, Polícia Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, bem como as diretrizes da Resolução CONAMA nº 316/2002, Resolução CONAMA nº 257/1999, e demais normas complementares:

I- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente, com a devida mitigação de impactos ambientais.

II- Economia e uso racional de recursos naturais, como energia elétrica e água, durante todas as etapas do processo de incineração.

III - Obrigação de adotar procedimentos operacionais padronizados e manuais interno de gestão ambiental, garantindo o correto descarte de resíduos sólidos resultantes do processo, inclusive resíduos de embalagens contaminadas.

IV - Cumprimento integral das normas de controle de emissões atmosféricas e de monitoramento de gases, exigidas por órgãos ambientais competentes (municipais, estaduais e federais), com apresentação, quando solicitado, de laudos técnicos comprobatórios da eficácia dos filtros e demais sistemas de retenção de poluentes.

V - Atendimento aos requisitos estabelecidos na Instrução Normativa MARE nº 6/1995, Decreto nº 5.940/2006m além de quaisquer outras normas estaduais ou federais correlatas.

A Contratada deverá possuir licenças ambientais atualizadas, emitidas por órgãos estaduais e municipais competentes, contemplando todas as fases da operação (transporte interno e incineração de resíduos perigosos), com expressa autorização para incineração de substâncias entorpecentes, em atendimento à Resolução CONAMA nº 316/2002.

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, consistente na destruição das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, a análise de mercado aponta como melhor solução a incineração do referido material, por meio da contratação de empresa prestadora do aludido serviço, dado que a atividade que se visa contratar é de caráter acessório e não faz parte do rol de atividades inerentes à Polícia Civil de São Paulo, sendo, portanto, necessariamente, objeto de execução indireta por parte de empresas especializadas no ramo.

Ato seguinte, foram realizadas pesquisas visando verificar a solução dada por outras UASGs visando a incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, constatou-se que inexistiram outras alternativas viáveis, a não ser a contratação de empresa especializada para execução de tal finalidade, mediante regular processo licitatório.

Pelo exposto, esta justifica-se como sendo a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços, a fim de construir o valor de referência do serviço a ser contratado.

Os levantamentos realizados orientaram a obtenção do valor referencial, retratado em planilha orçamentária encartada neste estudo, em atenção às orientações da Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública e normativos alusivos ao tema.

Em relação aos preços, novamente realizou-se consulta no Sistema de Terceirizados, porém contatou-se a inexistência de registros suficientes para amparar a pesquisa. Desta maneira, a consulta que se mostrou viável e adequada foi a pesquisa direta, com a obtenção de orçamentos com três empresas especializadas do ramo, considerando as circunstâncias e condições deste procedimento, incluindo-se os quantitativos e valores unitários e totais. Com a vinda de tais orçamentos, apurou-se a média de preços, o que foi levado a efeito e devidamente documentado, além de retratado em planilha subscrita pela servidora responsável.

DOS ATOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

Por óbvio, além da legislação pertinente ao Trabalho (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT) e a Licitações (Lei nº 14.133 /2021), outros atos normativos foram pesquisados e são de suma importância, na delimitação, considerações e análises aqui feitas:

- Decreto Estadual 67.985/2023 (BENS DE LUXO);
- Decreto Estadual 47.297/2022 (COMPETÊNCIA PARA DEFLAGRAR A LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR)
- Decreto Estadual 68.220/2020 (COMISSÃO DE LICITAÇÃO);
- Decreto Estadual 67.689/2023 (DFD);
- Decreto Estadual 68.017/2023 (ETP);
- Decreto Estadual 68.185/2023 (TR);
- Decreto Estadual 68.021/2023 (CATÁLOGO ELETRÔNICO);
- Decreto Estadual 67.888/2023 (VALOR ESTIMADO DE PREÇOS);
- Decreto Estadual 67.608/2023 (REAJUSTE);
- Lei nº 18.078/2025 (LOA PAULISTA 2025);
- Lei federal nº 12.305/2010 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)
- Lei 6.938/191 (Política Nacional sobre o Meio Ambiente)
- Resolução CONAMA 362/2005 (dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado);
- Resolução do CONAMA 416/2009 (dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências);
- IN 01/2010 da SLTI-MPOG;
- Resolução CONAMA 020/1994 (equipamentos de limpeza);
- Resolução CONAMA 401/2008;
- Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) – Lei Estadual nº 13.798/2009
- Lei Federal nº 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)

6. Descrição da solução como um todo

Descrição da solução como um todo

Conforme explicitado anteriormente, o objeto pretendido a ser licitado será a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços da incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, por meio de incineração, devendo a contratada zelar pela adequada queima do material até o processo final.

Assim, a solução mais adequada para atendimento à demanda em comento é a contratação de empresa especializada para a realização de atividade especificada no item 4, para prestação de serviços de forma continuada, sem mão de obra com dedicação exclusiva.

Isto deverá ser feito através de Pregão Eletrônico, conforme prática do órgão e da Administração, onde a proposta vencedora será aquela de menor valor, desde que atendidos os limites dos valores máximos admissíveis para o serviço, de forma a onerar o menos possível o erário público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A prestação de serviços de incineração contemplará incinerações ordinárias, assim consideradas as substâncias acauteladas nas unidades subordinadas, bem como aquelas que vierem a ser objeto de apreensões efetivadas no curso do procedimento licitatório e após a assinatura do contrato.

A estimativa de incinerações nos 30 (trinta meses) de contratação segue discriminada no quadro abaixo:

ITEM	Quantidade por Quilograma
Substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens e apetrechos	9.854,07

As quantidades apontadas são estimativas e poderão ser readequadas para atender as demandas da Contratante.

Para definição da estimativa foram consideradas as incinerações de drogas apreendidas pelas unidades policiais subordinadas à 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP, ocorridas nos últimos 60 meses, conforme quadro abaixo:

Levantamento de Quantidades (Kg) de Substâncias Entorpecentes baseados nas últimas 8 incinerações, conforme Contrato nº 002/2020

Exercício:	Quantidade (Kg) Incinerada	Total em Kg Incinerados nos últimos 60 meses	Estimado em Kg a serem incinerados no período de 30 meses	Estimado em Kg a serem incinerados no período de 12 meses
DEZEMBRO - 2020	4.730,00	17.916,50	8.958,25 + 10% = 9.854,07*	3.583,30 + 10% = 3.941,63 *
DEZEMBRO - 2021	4.378,50			
AGOSTO - 2022	1.455,50			
DEZEMBRO - 2022	581,50			
OUTUBRO - 2023	1.707,00			
AGOSTO - 2024	2.762,00			
AGOSTO - 2025				
1ª Incineração	1.931,00			
Exercício:	Quantidade (Kg)			

AGOSTO - 2025	Incinerada			
2ª Incineração	371,00			

* foram acrescidos 10% à quantia estimada, considerando a necessária margem de segurança.

4.1.5. Quantitativo

A quantidade de cada incineração será previamente informada pela Contratante, NÃO DEVENDO ULTRAPASSAR A QUANTIDADE DE 3.941,63 KG NO PERÍODO DE 12 MESES.

O quantitativo acima justifica-se pela média de entorpecentes apreendidos pelas unidades vinculadas à 8ª Delegacia Seccional de Polícia e posteriormente incinerados, nos últimos 60 meses, acrescido do montante de 10%, à fim de atender à incineração do total do acervo atualmente custodiado nas unidades e as futuras apreensões, conforme se extrai do quadro acima mencionado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor Estimado: R\$ 257.848,16

Para se obter o valor estimado para os itens que compõem o objeto pretendido, foi realizada pesquisa de preços em conformidade ao Decreto Estadual 67.888/2023, que norteia e dispõe acerca do procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta e autárquica, comparando os preços de contratações similares, conforme orçamentos obtidos, em busca do preço médio estimado que seja contemporâneo e exequível para os licitantes em potencial.

O memorial de cálculo inerente à pesquisa de preços está disposto na planilha orçamentária de preços e as memórias de cálculo que lhe dão suporte estão anexados ao expediente a este ETP, para possibilitar a licitação pretendida. A planilha foi elaborada em conformidade ao Decreto Estadual 67.888/2023 (Pesquisa de Preços), em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto dessa contratação, sendo contemporâneos e exequíveis os valores orçados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, de forma contínua.

Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade, desde que não acarrete prejuízo para a execução do contrato ou para o conjunto do objeto.

No presente caso, o parcelamento da contratação não se revela adequado, eis que o serviço de incineração demanda integração logística única, de forma que a divisão entre diferentes contratados poderia comprometer a eficiência e a coordenação da execução.

A execução por único contratado possibilita uniformidade nos procedimentos, bem como maior facilidade na fiscalização contratual, reduzindo riscos de descumprimento de prazos, divergências de responsabilidade e dificuldade de rastreamento das ocorrências.

Ademais, a divisão do objeto poderia implicar aumento de custos administrativos e operacionais, seja pela necessidade de múltiplos contratos, seja pela perda de economia de escala que se obtém na contratação de um único prestador apto a atender todas as modalidades de remoção.

Dessa forma, considerando a necessidade de assegurar eficiência, economicidade, padronização de procedimentos e continuidade dos serviços, conclui-se que o parcelamento do objeto não é técnica nem economicamente viável, justificando-se a contratação por lote único, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de outras contratações correlatas para a execução do objeto da contratação ora almejada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pleiteada encontra esteio nas previsões orçamentárias propostas pela Delegacia Geral por meio do POS - Proposta Orçamentária Setorial, refletido na LOA para o ano de 2025 (Lei nº 18.078, de 13/01/2025), levando-se em conta a imprescindibilidade das contratações de serviços contínuos e contratações correlatas, como no presente caso.

De igual forma, há previsão para a presente contratação no Plano de Contratação Anual – PCA de 2025.

12. Resultados Pretendidos

Resultados Pretendidos

DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA:

A contratação em tela visa o serviço de incineração de substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, garantindo a transferência dessas substâncias para o descarte adequado.

Em razão da especificidade dos materiais empregados para incineração, a contratação em tela permitirá a realização da atividade em questão, desoneração de servidores e abrindo campo para uma atuação mais direta e efetiva em suas atividades finalísticas.

Alguns dos resultados esperados, no tocante a economicidade e eficiência, são:

- A regularização dos entorpecentes apreendidos que estão sob a tutela do Estado, em consonância com o contrato de prestação de serviços vigente;
- A desocupação de cofres/armários das unidades subordinadas, as quais manterão espaço adequado para guarda de documentos.
- melhor atendimento das demandas de serviços através de colaboradores capacitados para tal;
- fomento da economia e mercado de trabalho local, abrindo vagas e oportunidades às empresas do ramo nos diversos locais de prestação de serviços.

DO APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Alguns dos resultados esperados, em relação a recursos humanos, são:

- adequação do quadro de servidores do órgão às suas atividades principais, nas atividades investigativas inerentes à Polícia Judiciária;
- não desvio de funções de servidores para atividade de guarda, potencializando os resultados da atividade-fim desta 8ª Seccional;
- melhor atendimento das demandas de serviços através de colaboradores capacitados para tal.

13. Providências a serem Adotadas

Providências a serem Adotadas

O contratado disponibilizará acesso ao(s) equipamentos para a incineração, bem como espaço físico condizente aos recursos humanos e materiais necessários para a consecução da atividade contratada.

Não há necessidade de adequação do ambiente físico de trabalho do órgão até o presente momento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais

Deverá ser previsto na fase interna do processo licitatório, em campo próprio, itens de sustentabilidade de forma a ficar claro para os interessados os quesitos indispensáveis e necessários à boa execução contratual, tendo em vista a sustentabilidade das atividades contratadas.

Acrescente-se que os recursos materiais disponibilizados pela contratante deverão estar em perfeitas condições de operacionalidade e atender as determinações legais atinentes à matéria, bem como possuir licenças necessárias para o exercício da atividade em questão.

A Contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os dados e argumentos lançados neste ETP demonstram que a contratação em questão é viável e necessária, eis que os benefícios a serem alcançados superam os custos. Ademais, os parâmetros definidos neste ETP direcionam para uma contratação eficiente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Delegada de Polícia Assistente



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 17:16:06.

VALTER SERGIO DE ABREU

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 18:19:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de Preços.pdf (364,37 KB)
- Anexo II - Email e Orçamentos.pdf (1.8 MB)
- Anexo III - Planilha Orçamentária Incineração_Decreto 67.888-2023.pdf (2.98 MB)

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
36/2025	180361	Concluída	RENATA LANCELOTTI ZUCCARO LEONEL
Título: incineração			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 145,395,7700	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
19232 - Incineração material apreendido		UNIDADE	9854
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 171,2517% Desvio Padrão: 18,200,7435 Maior Preço: R\$ 59.000,0000
R\$ 0,2500	R\$ 10.628,0673	R\$ 14,7550	
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1500	UNIDADE	R\$ 21,0000	28/09/2025	Sim
i2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	734	UNIDADE	R\$ 10,0017	25/08/2025	Sim
i3	I	MINISTERIO DA ECONOMIA - Compras.gov.br	36000	UNIDADE	R\$ 1,5000	11/06/2025	Sim
i4	I	MINISTERIO DA ECONOMIA - Compras.gov.br	20000	UNIDADE	R\$ 0,2500	11/06/2025	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6000	UNIDADE	R\$ 10,3800	21/05/2025	Sim
6	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	6000	UNIDADE	R\$ 2,1000	09/05/2025	Sim
7	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	12000	UNIDADE	R\$ 1,5000	09/05/2025	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 18,0000	08/05/2025	Sim
i9	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 36,000,0000	07/04/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1663	UNIDADE	R\$ 15,0000	03/04/2025	Sim

i 11	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 59.000,0000	23/03/2025	Sim
i 12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 26.434,8000	27/01/2025	Sim
i 13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	3253 UNIDADE	R\$ 14,5100	06/11/2024	Sim
i 14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 27.263,9000	20/10/2024	Sim

Legenda:

- ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- î Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 07/10/2025 13:05

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



RES: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia

De Emerson Rocha - Sistema Nova Ambiental Ltda. <emerson.rocha@novaambiental.com.br>

Data Sex, 27/02/2026 07:54

Para DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

Cc 'Departamento Comercial - Sistema Nova Ambiental' <comercial@novaambiental.com.br>

1 anexo (374 KB)

PROPOSTA_assinado (17).pdf;

A
8ª Delegacia Seccional de Polícia.

Prezados, bom dia.

A empresa SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.124.428/0001-60, vem pela presente apresentar nossa cotação de preço, conforme pedido solicitado.

Agradecemos a oportunidade.

Atenciosamente.



EMERSON ROCHA

Coordenador de Licitações

(11) 4144-4655 / (11) 4205-8450 ramal: 311 - Celular: (11) 98933-2517

E-mail: emerson.rocha@novaambiental.com.br

Estrada Araçariçuama, 751 Estância São Francisco Itapevi - São Paulo Cep: 06695-560



INFORMAMOS A TODOS QUE A SISTEMA NOVA AMBIENTAL, NA QUALIDADE DE DESTINADORA, NÃO ASSINA, VALIDA, FORMALIZA OU CHANCELA QUAISQUER NÚMERO OU DOCUMENTOS SIMILARES QUE TENHAM POR OBJETIVO RELACIONAR LOTES DE PRODUTOS ESPECÍFICOS TRATADOS EM NOSSAS INSTALAÇÕES, COM EXCESSÃO DE LOTES ACOMPANHADOS DO CLIENTE PARA VERIFICAÇÃO CONJUNTA.

De: DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 26 de fevereiro de 2026 17:41

Para: Emerson Rocha - Sistema Nova Ambiental Ltda. <emerson.rocha@novaambiental.com.br>

Assunto: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia

Prioridade: Alta

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência de atos de polícia judiciária no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a referida prestação de serviços.

Ressalta-se que a proposta deverá ser encaminhada em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente o modelo que segue anexo.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS

UASG 180361 - FINANÇAS

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619

Órgão Solicitante: **DECAP/8º SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – SP – SÃO MATEUS**
E-mail: uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br
(11) 2702-5619

COTAÇÃO-ORÇAMENTO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS PARA INCINERAÇÃO DE ENTOPERCENTES, PELO PERÍODO DE 30 MESES.

A empresa **SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ: **05.124.285/0001-60**, situada a: Estrada Araçariguama, nº 751 – Bairro: Estância São Francisco – Cidade: Itapevi/SP – Cep: 06695-560 – Tel.: 11-4144-4655, e-mail: emerson.rocha@novaambiental.com.br, através desta vem apresentar nossa PROPOSTA DE PREÇO, para o objeto acima descrito.

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE (ESTIMATIVA 30 MESES)	VALOR UNITÁRIO KG	VALOR TOTAL
Prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – Decap	Quilograma	9.854,07	R\$ 25,00	R\$ 246.351,75

Nossa proposta para estimativa de contratação para (30 meses) é de R\$ 246.351,75 (Duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Nosso preço unitário para estimativa de contratação para (30 meses) é de R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais).

Validade Mínima da Proposta: 60 (sesenta) dias.

Itapevi/SP, 27 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br EMERSON PETRONIO ROCHA
Data: 27/02/2026 07:44:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA
EMERSON PETRONIO ROCHA
COORDENADOR DE LICITAÇÕES
RG Nº 19.538.787-9
CPF Nº 166.565.938-60




RES: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia

De edson@novageoresiduos.com <edson@novageoresiduos.com>

Data Seg, 02/03/2026 13:59

Para DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>; fernando@novageoresiduos.com.br <fernando@novageoresiduos.com.br>

 1 anexo (215 KB)

PROPOSTA DECAP INCINERAÇÃO mar-26.pdf;

Prezados, boa tarde!

Segue proposta para incineração de resíduos conforme solicitação.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

At. te.



De: DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 26 de fevereiro de 2026 17:40

Para: edson@novageoresiduos.com; fernando@novageoresiduos.com.br

Assunto: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia

Prioridade: Alta

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência de atos de polícia judiciária no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a referida prestação de serviços.

Ressalta-se que a proposta deverá ser encaminhada em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente o modelo que segue anexo.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

UASG 180361 - FINANÇAS

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade (Estimativa 30 meses)	Valor Unitário	Valor Total
Prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP.	Quilograma	9.854,07	R\$ 26,50	R\$ 261.132,85
ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO (30 MESES)				R\$ 261.132,85

São Paulo, 02 março de 2026.

Edson Raiola

Diretor Comercial

Nova Geo Resíduos Ltda.

CNPJ – 23.860.873-70

**RES: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia**

De Lylyan Cristina De Oliveira <comercial3@utdsuzano.com.br>

Data Sex, 27/02/2026 14:47

Para DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

1 anexo (272 KB)

2026-02-27 8 DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA – DECAP – São Mateus - Proposta 20260214 -RSS.pdf;

Boa tarde Paulo,

Segue proposta comercial para sua necessidade.

Lembrando que esta proposta tem validade de 30 dias.

Quaisquer dúvidas ou informações adicionais, estou à disposição.

Atenciosamente.



De: DECAP/8ºSEC/Sede 8ºSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026 10:51

Para: Lylyan Cristina De Oliveira <comercial3@utdsuzano.com.br>

Assunto: RE: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia

Bom Dia Lilian

C.N.P.J. 04.236.548.0090-61

Att.

Paulo



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS**

UASG 180361 - FINANÇAS

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619

De: Lylyan Cristina De Oliveira <comercial3@utdsuzano.com.br>
Enviado: sexta-feira, 27 de fevereiro de 2026 08:29
Para: DECAP/8ªSEC/Sede 8ªSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>
Assunto: RES: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia

Bom dia !

Peço a gentileza de nos fornecer o cnpj para formalização da proposta comercial.

Atenciosamente.



De: DECAP/8ªSEC/Sede 8ªSeccional/ <uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 26 de fevereiro de 2026 18:00
Para: incinerador@utdsuzano.com.br
Assunto: Solicita Orçamento - 8ª Delegacia Seccional de Polícia
Prioridade: Alta

Prezados

Com os cordiais cumprimentos, a 8ª Delegacia Seccional de Polícia, diante da iminente contratação de empresa especializada para a incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência de atos de polícia judiciária no âmbito desta Delegacia Seccional, vem, mui respeitosamente, solicitar orçamento para a referida prestação de serviços.

Ressalta-se que a proposta deverá ser encaminhada em papel timbrado, contendo o logotipo da empresa, observando fielmente o modelo que segue anexo.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - SÃO MATEUS

UASG 180361 - FINANÇAS

Av. Arquiteto Vilanova Artigas, 720 - Conj. Hab. Teotônio Vilela,
São Paulo - SP, 03928-240

uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

(11) 2702 - 5619

Suzano, 27 de fevereiro de 2026

Nome:	8 DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA – DECAP – São Mateus
CNPJ:	04.236.548.0090-61
Telefone:	(11) 2702-5619
A/C:	Paulo
E-mail:	uge.sec08@policiacivil.sp.gov.br

PROPOSTA TÉCNICO COMERCIAL Nº20260214

Prezado (a),

A UTD SUZANO UNIDADE DE TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL LTDA, com sede administrativa na Rua Antônio da Surreição nº 89 – Chácara Nova Suzano, na cidade de Suzano/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.078.919/0001-39, vem por meio desta proposta comercial, apresentar nosso escopo de serviço, com objetivo de atender a necessidade de destinação da sua empresa. Temos como compromisso a excelência na prestação de serviços, atendendo com competitividade, pontualidade e responsabilidade ambiental a seus clientes.

Contando com profissionais altamente especializados, equipamentos modernos e toda uma infraestrutura qualificada, objetivando oferecer aos seus clientes um atendimento ágil e de qualidade. De acordo com as legislações ambientais pertinentes, sendo o primeiro incinerador particular do Brasil e o único destino certificado ISO14001 para o escopo proposto.

Colocamos à sua disposição para sanar qualquer dúvida, e enviar as documentações que porventura possam ser solicitadas em auditorias, fiscalizações ou qualquer outro evento que exija informações e documentos ambientais.

1. OBJETO:

Tratamento e disposição final de Resíduos.

2. PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ESTIMADA 30 MÊS	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP	R\$ 27,00/Kg	9.854,07 Kg	R\$ 266.059,89

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 30 meses, sendo renovado automaticamente por até 10 anos, a vigorar a partir da data da assinatura.

2.2. Caso necessário a Declaração com os itens que serão incinerados, eles deverão estar relacionados em papel timbrado, assinado pelo responsável e deverá ser entregue a listagem no dia do envio.

2.3. O dia e horário de descarregamento será definido pelo operacional e de comum acordo entre as partes.

2.4. Todo e qualquer tipo de embalagem e palete, preventivamente, será destinada/tratada em nosso processo como resíduo perigoso, não havendo possibilidade de devolução.

2.5. Nos termos do art. 1º, §1º da Portaria MMA 280/20, o MTR constitui uma ferramenta online, auto declaratória, emitida pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – SINIR. A partir de 01 de janeiro de 2021 tornou-se obrigatório o Manifesto de Transporte de Resíduos eletrônico – MTR-e emitido pelo gerador dos resíduos através do site (SINIR) <http://mtr.sinir.gov.br/#/> ou (SIGOR em SP) <https://mtr.cetesb.sp.gov.br/#/>. O gerador é o responsável exclusivo por emitir o formulário do MTR-e no SINIR ou SIGOR (em SP), para cada remessa de resíduo para destinação. Para isto torna-se necessário realizar o cadastro no site e emitir o MTR-e disponibilizando-o na ocasião da coleta.

2.6. Em caso de acompanhamento da queima, este deve ser realizado mediante agendamento prévio entre as partes (contratante e contratada), são permitidas até duas pessoas.

2.7. Forneceremos o Certificado de destruição térmica após o pagamento.

2.8. Não estão inclusos nesta proposta quaisquer outros insumos, materiais, serviços etc. fora os destacados no item “preços”.

3. PRAZO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO:

O serviço será faturado até 07 (sete) dias após a entrega/coleta da carga. Havendo mais de um descarregamento no mês, os serviços prestados podem ser faturados mensalmente.

Prazo de pagamento até 15 dias após a realização/finalização do serviço.

4. FORMA DE PAGAMENTO:

Boleto,

5. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

30 (trinta) dias, a contar desta data.

Sem mais, no aguardo de manifestação, agradecemos.

Atenciosamente,

Lylyan Oliveira

Tel.: 11 4748-2656 ramal 24 - Cel.: 11 99720-3804

E-Mail: comercial3@utdsuzano.com.br



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO SEI Nº 058.00080564/2025-82

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados

Em atendimento às disposições do Decreto Estadual nº 67.888/2023, procedeu-se à realização de pesquisa de preços com a finalidade de estimar o valor da contratação do objeto acima identificado, cuja descrição detalhada, especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de execução, prazo, local de entrega e forma de pagamento encontram-se devidamente definidos nos autos do processo administrativo correspondente.

Inicialmente, foram realizadas consultas em sistemas oficiais e bancos de dados de contratações públicas, com o objetivo de identificar contratações similares que pudessem servir de parâmetro para a formação do preço estimado. Contudo, verificou-se a inexistência de registros suficientes e adequados capazes de amparar a pesquisa, seja pela ausência de contratações recentes com objeto equivalente, seja pela especificidade técnica das características pretendidas pela Administração.

Diante da insuficiência de dados públicos disponíveis, optou-se pela realização de pesquisa direta junto a fornecedores atuantes no ramo pertinente ao objeto da contratação, conforme autorizado pela regulamentação vigente. Para tanto, foram empreendidas diligências visando à identificação do maior número possível de fornecedores com atuação compatível, por meio de pesquisas em meios sites, referências técnicas de mercado e consultas a cadastros oficiais, como Sistema de Terceirizados.

Os fornecedores localizados foram formalmente contatados por meio eletrônico, sendo-lhes encaminhada solicitação de orçamento contendo todas as especificações do objeto, os quantitativos estimados e as condições específicas do procedimento, de modo a assegurar a comparabilidade das propostas. As comunicações encaminhadas e as respostas recebidas encontram-se devidamente juntadas aos autos, conforme cópias dos e-mails anexados ao processo.

A escolha dos fornecedores consultados fundamentou-se na verificação de sua atuação no segmento pertinente, na compatibilidade de seu objeto social com a contratação pretendida, na disponibilidade de contato formal, e na capacidade aparente de atendimento às especificações técnicas estabelecidas.

A planilha orçamentária foi composta exclusivamente com os dados encaminhados pelos fornecedores que atenderam à solicitação e apresentaram propostas formais dentro dos parâmetros estabelecidos. Procedeu-se à análise crítica dos valores apresentados, com verificação da razoabilidade dos dados fornecidos e de sua compatibilidade com os preços praticados no mercado, afastando-se eventuais distorções que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa.

Para a definição do valor estimado da contratação, adotou-se a média aritmética simples dos valores unitários válidos obtidos, calculada mediante a soma dos valores apresentados pelos fornecedores e divisão pelo número de propostas consideradas aptas, conforme a seguinte fórmula:

Valor Médio Unitário = soma dos valores unitários válidos ÷ número de propostas válidas.

O valor total estimado foi obtido mediante a multiplicação do valor médio unitário pela quantidade estimada para cada item, constituindo-se, assim, a memória de cálculo que integra a presente estimativa.

A pesquisa registra a identificação das fontes consultadas, a data de realização das cotações, a validade das propostas recebidas, os dados de identificação dos fornecedores e os respectivos valores unitários e totais ofertados, atendendo integralmente aos requisitos formais previstos na regulamentação estadual aplicável. Fica consignado, ainda, que a metodologia adotada, a justificativa das fontes selecionadas, a análise da compatibilidade mercadológica e a memória de cálculo integram a fundamentação do valor estimado da contratação.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - INCINERAÇÃO DE ENTORPECENTES - 30 meses

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTID. ESTIMADA 30 meses	NOVA AMBI- ENTAL Valor Unitá- rio	Valor Total	NOVA GEO Valor Unitá- rio	Valor Total	UTD SUZANO Valor Unitário	Valor Total	VR. UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO 30 MESES
1	Prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecen- tes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP.	KG	9.854,07	R\$ 25,00	R\$ 246.351,75	R\$ 26,50	R\$ 261.132,85	R\$ 27,00	R\$ 266.059,89	26,17	R\$ 257.848,16

FONTE DE PESQUISA	
EMPRESA	DATA DE RECEBTO E-MAIL
SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA	27/02/2026 - 07:54

EMPRESA	DATA DE RECEBTO E-MAIL
NOVA GEO RESÍDUOS LTDA	02/03/2026 - 13:59

EMPRESA	DATA DE RECEBTO E-MAIL
UTD - UNID.DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL RESÍDUOS SUZANO	02/03/2026 - 14:47

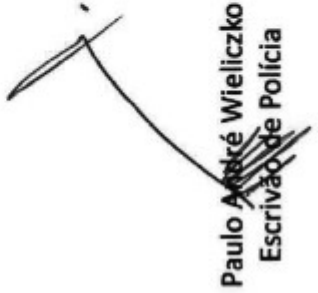


SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

FORNECEDOR	CNPJ	DATA ORÇAMENTO	VALIDADE DA PROPOSTA	VALOR TOTAL
SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA	05.124.285/0001-60	27/02/2026 - 07:54	06 MESES - 26/01/2026	R\$ 246.351,75
NOVA GEO RESÍDUOS LTDA	23.860.873/0001-70	02/03/2026 - 13:59	06 MESES - 01/09/2026	R\$ 261.132,85
UTD - UNID.DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL RESÍDUOS SUZANO	51.078.919/0001-39	02/03/2026 - 14:47	06 MESES - 01/09/2026	R\$ 266.059,89

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 257.848,16 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos).


Paulo André Wieliczko
Escrivão de Polícia

São Paulo, 02 de março de 2025.

ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL

Contrato 8/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	180361-ESP-8.DEL.SECC.POLICIA JUDICIARIA DA CAPITAL	RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL	10/12/2025 18:29 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		058.00110418/2025-99

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
8ª SECCIONAL DE POLÍCIA -DECAP

(Processo Administrativo nº 058.00080564/2025-82)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO , POR INTERMÉDIO DA 8ª SECCIONAL DE POLÍCIA - DECAP E

O Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública através da 8ª Seccional de Polícia, com sede na Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 720, bairro Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548.0090-61, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Seccional _____, nomeado pela Portaria/Decap _____, de ____ de _____ de 20____, publicado(a) no DOE de ____ de _____ de 20____, portador da identificação funcional nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00080564/2025-82 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../202X, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de incineração de substâncias entorpecente, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da pratica de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP e suas unidades subordinadas, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				TOTAL para	30 meses		
1	Prestação de serviços de incineração de substâncias entorpecente, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da pratica de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP e suas unidades subordinadas.	1333 (Código BEC 11993-8)	Quilograma	9.854,07		R\$	R\$
VALOR TOTAL PARA 30 MESES						R\$	

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a.) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b.) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c.) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d.) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e.) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ____/____/____.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Multa: Calculada na conformidade abaixo:

1. Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Multa Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do item 12.1., de 20% a 30% do valor do Contrato.
3. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do item 12.1., de 25% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea "b" do item 12.1., a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do item 12.1., a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do item 12.1., a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

1. I. Gestão/Unidade: 180361 - 8ª Delegacia Seccional de Polícia/DEC

- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 06181180149890000
- IV. Elemento de Despesa: 339039-66
- V. Plano Interno:000.000.010
- VI.

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **02 (duas) vias**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **QU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

RENATA LANCELLOTTI ZUCCARO LEONEL

Delegada de Polícia Assistente - UGE



Assinou eletronicamente em 10/12/2025 às 18:29:32.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCEP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;

c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;

2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;

3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 – A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

- 1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.
- 2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;

2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

ANEXO IV

TIMBRE DA EMPRESA

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade (Estimativa 30 meses)	Valor Unitário	Valor Total
Prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecentes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidas em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia – DECAP.	Quilograma	9.854,07	R\$	R\$
	ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO (30 MESES)			R\$

São Paulo, XX de XXXXXX de 2026.

Nome do Responsável

Nome e CNPJ da Empresa

ANEXO V
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)
(elaborado pelo licitante)

ANEXO V.1
MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA
HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Pregão nº 90003/2026
Processo SEI nº 058.00110418/2025-99

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, Processo SEI nº 058.00110418/2025-99, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)

ANEXO V.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborado pelo licitante)

Pregão nº 90003/2026

Processo SEI nº 058.00110418/2025-99

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, Processo SEI nº 058.00110418/2025-99, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do representante legal)



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO SEI Nº 058.00080564/2025-82

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados

Em atendimento às disposições do Decreto Estadual nº 67.888/2023, procedeu-se à realização de pesquisa de preços com a finalidade de estimar o valor da contratação do objeto acima identificado, cuja descrição detalhada, especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de execução, prazo, local de entrega e forma de pagamento encontram-se devidamente definidos nos autos do processo administrativo correspondente.

Inicialmente, foram realizadas consultas em sistemas oficiais e bancos de dados de contratações públicas, com o objetivo de identificar contratações similares que pudessem servir de parâmetro para a formação do preço estimado. Contudo, verificou-se a inexistência de registros suficientes e adequados capazes de amparar a pesquisa, seja pela ausência de contratações recentes com objeto equivalente, seja pela especificidade técnica das características pretendidas pela Administração.

Diante da insuficiência de dados públicos disponíveis, optou-se pela realização de pesquisa direta junto a fornecedores atuantes no ramo pertinente ao objeto da contratação, conforme autorizado pela regulamentação vigente. Para tanto, foram empreendidas diligências visando à identificação do maior número possível de fornecedores com atuação compatível, por meio de pesquisas em meios sites, referências técnicas de mercado e consultas a cadastros oficiais, como Sistema de Terceirizados.

Os fornecedores localizados foram formalmente contatados por meio eletrônico, sendo-lhes encaminhada solicitação de orçamento contendo todas as especificações do objeto, os quantitativos estimados e as condições específicas do procedimento, de modo a assegurar a comparabilidade das propostas. As comunicações encaminhadas e as respostas recebidas encontram-se devidamente juntadas aos autos, conforme cópias dos e-mails anexados ao processo.

A escolha dos fornecedores consultados fundamentou-se na verificação de sua atuação no segmento pertinente, na compatibilidade de seu objeto social com a contratação pretendida, na disponibilidade de contato formal, e na capacidade aparente de atendimento às especificações técnicas estabelecidas.

A planilha orçamentária foi composta exclusivamente com os dados encaminhados pelos fornecedores que atenderam à solicitação e apresentaram propostas formais dentro dos parâmetros estabelecidos. Procedeu-se à análise crítica dos valores apresentados, com verificação da razoabilidade dos dados fornecidos e de sua compatibilidade com os preços praticados no mercado, afastando-se eventuais distorções que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa.

Para a definição do valor estimado da contratação, adotou-se a média aritmética simples dos valores unitários válidos obtidos, calculada mediante a soma dos valores apresentados pelos fornecedores e divisão pelo número de propostas consideradas aptas, conforme a seguinte fórmula:

Valor Médio Unitário = soma dos valores unitários válidos ÷ número de propostas válidas.

O valor total estimado foi obtido mediante a multiplicação do valor médio unitário pela quantidade estimada para cada item, constituindo-se, assim, a memória de cálculo que integra a presente estimativa.

A pesquisa registra a identificação das fontes consultadas, a data de realização das cotações, a validade das propostas recebidas, os dados de identificação dos fornecedores e os respectivos valores unitários e totais ofertados, atendendo integralmente aos requisitos formais previstos na regulamentação estadual aplicável. Fica consignado, ainda, que a metodologia adotada, a justificativa das fontes selecionadas, a análise da compatibilidade mercadológica e a memória de cálculo integram a fundamentação do valor estimado da contratação.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - INCINERAÇÃO DE ENTORPECENTES - 30 meses

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTID. ESTIMADA 30 meses	NOVA AMBI- ENTAL Valor Unitá- rio	Valor Total	NOVA GEO Valor Unitá- rio	Valor Total	UTD SUZANO Valor Unitário	Valor Total	VR. UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO 30 MESES
1	Prestação de serviços de incineração das substâncias entorpecen- tes, na forma sólida ou líquida, incluindo invólucros, recipientes e embalagens, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de Polícia Judiciária, no âmbito desta 8ª Delegacia Seccional de Polícia - DECAP.	KG	9.854,07	R\$ 25,00	R\$ 246.351,75	R\$ 16,50	R\$ 261.132,85	R\$ 27,00	R\$ 266.059,89	26,17	R\$ 257.848,16

FONTE DE PESQUISA	
EMPRESA	DATA DE RECEBTO E-MAIL
SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA	27/02/2026 - 07:54

EMPRESA	DATA DE RECEBTO E-MAIL
NOVA GEO RESÍDUOS LTDA	02/03/2026 - 13:59

EMPRESA	DATA DE RECEBTO E-MAIL
UTD - UNID.DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL RESÍDUOS SUZANO	02/03/2026 - 14:47

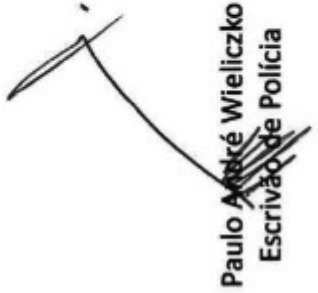


SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP
8ª Delegacia Seccional de Polícia - São Mateus

FORNECEDOR	CNPJ	DATA ORÇAMENTO	VALIDADE DA PROPOSTA	VALOR TOTAL
SISTEMA NOVA AMBIENTAL LTDA	05.124.285/0001-60	27/02/2026 - 07:54	06 MESES - 26/01/2026	R\$ 246.351,75
NOVA GEO RESÍDUOS LTDA	23.860.873/0001-70	02/03/2026 - 13:59	06 MESES - 01/09/2026	R\$ 261.132,85
UTD - UNID.DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL RESÍDUOS SUZANO	51.078.919/0001-39	02/03/2026 - 14:47	06 MESES - 01/09/2026	R\$ 266.059,89

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 257.848,16 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos).


Paulo André Wieliczko
Escrivão de Polícia

São Paulo, 02 de março de 2025.